



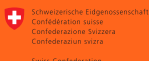
**ACP** OBSERVATORY ON MIGRATION  
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS  
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

# Migração de Retorno Sul-Sul: *Desafios e Oportunidades*



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,  
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça,  
da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



**IOM Development Fund**  
Developing Capacities in  
Migration Management



## Nota de informação

**ACPOBS/2012/NI09**

# 2013

## **Observatório ACP das Migrações**

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quénia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório ([www.acpmigration-obs.org](http://www.acpmigration-obs.org)). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2013 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

© 2013 Observatório ACP das Migrações

Documento elaborado por Maria José Oomen, ex-Investigadora Júnior do Observatório ACP das Migrações. Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do Observatório ACP das Migrações e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça ou do UNFPA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.



**ACP** OBSERVATORY ON MIGRATION  
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS  
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

# **Migração de Retorno Sul-Sul: *Desafios e Oportunidades***



**Das várias fases do processo migratório, o retorno é a menos bem compreendida. Os motivos conducentes ao retorno não são de fácil categorização e dependem muito do contexto** (Bastia, 2011). Os investigadores e os decisores políticos centraram-se na compreensão e na análise das decisões que levam à saída, não reconhecendo que a migração é um processo multidimensional que envolve não só a emigração, mas várias fases que incluem a instalação no país de acolhimento e a possibilidade de retorno. **Tal como a saída, o regresso também implica um complexo processo decisório que envolve um vasto leque de factores.**

No seguimento dos recentes acontecimentos, como a crise económica global (que afectou sobretudo os países economicamente desenvolvidos) e a crise humanitária na Líbia, o retorno de milhões de migrantes aos respectivos países de origem alertou os decisores políticos, os investigadores e a sociedade civil, incluindo nos países ACP. Esta nota de informação apresenta um resumo do processo de migração de retorno Sul-Sul. A primeira parte incide na definição e no contexto da migração de retorno e apresenta várias tipologias de migrantes retornados, com base no trabalho de Gmelch (1980). A segunda parte apresenta um resumo das tendências de retorno nos países ACP. A terceira parte incide sobre o conceito de retorno e reintegração sustentáveis nos países de origem e apresenta um resumo das boas práticas e políticas actuais. A última parte descreve os tipos de impacto que os migrantes retornados podem ter nos respectivos países de origem e termina com uma lista de recomendações para os países ACP e outros.

**A migração de retorno é definida como “movimento de emigrantes para os respectivos países de origem com o objectivo de aí se voltarem a instalar”** (Gmelch, 1980). **Esta deve ser distinguida da migração circular e da reemigração.**

## 1. Definição e contexto

---

**A migração de retorno é definida por Gmelch (1980) como “movimento de emigrantes para os respectivos países de origem com o objectivo de aí se voltarem a instalar”. Esta deve ser distinguida da migração circular e da reemigração.** A maior parte da investigação sobre a migração de retorno centrou-se no retorno Norte-Sul e Norte-Norte, pois é comum considerar-se

a migração Sul-Norte mais importante do que a mobilidade entre os países do Sul. Contudo, a migração de retorno Sul-Sul é igualmente importante (Bastia, 2011).

**No âmbito da migração Sul-Sul, fazer uma distinção clara entre migração circular, reemigração e migração de retorno é um processo mais complexo do que no caso da migração Sul-Norte.**

**No caso da migração intra-regional, fazer uma distinção clara entre migração circular, reemigração e migração de retorno é um processo mais complexo do que no caso da migração Sul-Norte.** O elevado nível de “permeabilidade” das fronteiras permite uma maior circulação, o que torna o processo de retorno mais comum e a distinção exacta entre migração de retorno e migração circular mais difícil.

As fronteiras nacionais estruturaram a forma como vemos o processo da migração de retorno e a definição apresentada por Gmelch (1980) não abrange adequadamente todo o processo migratório nas regiões com populações extremamente móveis, em que a migração faz parte das tradições culturais e históricas. A pergunta que se impõe é: que factores determinam o grau de *permanência* da migração de retorno e da reinstalação? É uma pergunta difícil, especialmente no atinente à mobilidade intra-regional, sendo necessário investigar mais esta questão.

**Não se sabe muito sobre o processo da migração de retorno** devido, essencialmente, a três factores:

- (i) Os processos de urbanização em todo o mundo levaram ao pressuposto de que a migração é um processo unidireccional que implica apenas movimentos das áreas rurais para as áreas urbanas;
- (ii) Os trabalhos de campo, efectuados num único local de cada vez, descreveram o processo migratório como “estático”;
- (iii) O retorno não é adequadamente quantificado, uma vez que a maioria dos países centra os seus esforços na recolha de dados sobre a emigração e a imigração de estrangeiros, não contabilizando os cidadãos estrangeiros que retornam (Gmelch, 1980).

**Em termos de desenvolvimento humano, surgem questões sobre a vontade e a sustentabilidade do retorno, nomeadamente quando o retorno ocorre em resposta a crises humanitárias e a conflitos violentos.** Muitos estudos e teorias recentes revelaram que a ideia do retorno como fim de um ciclo migratório

não está correcta. Quando se fala em migração de retorno, é importante distinguir entre o seu impacto nos grandes processos de desenvolvimento social e nos processos de nível individual. **Distinguir os impactos ao nível macro e micro permite-nos compreender, por exemplo, de que forma as motivações individuais para regressar interagem com as decorrentes de eventos a um nível mais amplo.** Além das motivações de retorno (micro e macro), **também é importante centrarmo-nos noutros aspectos que influenciam o retorno, como a manutenção dos sistemas de ligação transnacionais entre os países de acolhimento e os países de origem.** As redes sociais reduzem os custos e os riscos de saída, mas também apoiam os migrantes na preparação do retorno.

### **Tipologias de migrantes retornados**

Com base no trabalho e na investigação de Gmelch (1980), **é possível distinguir três tipos principais de migrantes retornados:**

- (i) Migrantes temporários:**  
Migrantes retornados que tinham por objectivo a migração temporária;
- (ii) Migrantes retornados forçados:**  
Migrantes retornados cujo objectivo era a migração permanente, mas que se viram forçados a regressar;
- (iii) Migrantes retornados voluntários:**  
Migrantes retornados cujo objectivo era a migração permanente, mas que optaram por regressar.

Na primeira tipologia, a altura que determina o regresso dos migrantes depende dos objectivos definidos no seu projecto migratório. Esta categorização não é exaustiva e é suficientemente ampla para integrar novas tipologias que possam emergir de novas tendências e padrões migratórios.

**Há três tipos principais de migrantes retornados:**

**(i) migrantes temporários:**  
migrantes retornados que tinham por objectivo a migração temporária;

**(ii) migrantes retornados forçados:**  
migrantes retornados cujo objectivo era a migração permanente, mas que se viram forçados a regressar;

**(iii) migrantes retornados voluntários:**  
migrantes retornados cujo objectivo era a migração permanente, mas que optaram por regressar.

**É difícil saber se o retorno é uma escolha consciente ou se é forçado por circunstâncias específicas, como crises económicas ou humanitárias, ou por regulamentos governamentais.**

Por vezes, o inesperado acontece e os migrantes enfrentam o retorno antes do planeado ou, no caso dos que pretendiam permanecer indefinidamente no estrangeiro, são simplesmente obrigados a regressar. Eventos recentes ou actuais, como a crise humanitária na Líbia e a crise económica global, são exemplos relevantes das circunstâncias que conduziram a retornos em grande escala e, na maior parte dos casos, não planeados. Noutros casos, como depois da guerra em Angola, o regresso foi planeado como resposta a expectativas elevadas de desenvolvimento económico e humano.

Uma crise migratória descreve fluxos migratórios significativos e complexos resultantes de uma crise e que, de um modo geral, envolvem vulnerabilidades consideráveis para as pessoas e comunidades afectadas (OIM, 2012).

No caso da tipologia aqui apresentada, (ii) os migrantes retornados forçados e (iii) os migrantes retornados voluntários tendem a sobrepor-se devido a definições e ideias diferentes do que constitui “retorno forçado” em circunstâncias e contextos específicos. O grau de decisão (ou vontade) relativamente ao retorno varia e, em muitos casos, é difícil saber se o retorno é uma escolha consciente ou se é forçado por circunstâncias específicas, como crises económicas ou humanitárias, ou por regulamentos governamentais. O grau de vontade presente na decisão de regressar e as motivações subjacentes dependem do contexto. No caso da expatriação massiva de migrantes do Mali devido à guerra civil na Costa do Marfim, por exemplo, poderá ser difícil classificá-los como “migrantes retornados” devido ao reduzido nível de decisão e escolha destes migrantes relativamente à sua saída da Costa do Marfim (Calenda, 2012). Este exemplo ilustra a dificuldade subjacente das categorizações e como estas e as tipologias necessitam, de um modo geral, de ser referidas em exemplos específicos pois, de outro modo, perdem o seu valor analítico e prático. É ainda importante salientar que esta categorização assenta apenas nas motivações que norteiam o retorno. As categorizações ajudam-nos a compreender e a analisar determinados aspectos do processo de retorno, contudo, como não permitem reconhecer os factores que contribuem para tal, podem conduzir a um entendimento parcial do processo.

De um modo geral, os migrantes que optam pela migração temporária (tipologia i) embarcam numa viagem com objectivos predefinidos e com uma ideia clara de quando tencionam regressar (Baalen e Müller, 2008; Dustmann, 2001; Stark et al., 1997; Djajic e Milbourne, 1988). De acordo com estes estudos, existem três tipos de motivos para o



regresso: primeiro, os migrantes têm as suas preferências relativamente ao local em que têm maiores diferenças salariais em relação aos seus padrões de consumo e que é, de um modo geral, o seu país de origem. Em termos monetários, os seus ganhos relativos no país de origem só aumentam se migrarem para um país em que tenham acesso a salários mais elevados. O segundo motivo para o regresso assenta no facto de os migrantes irem para um país com salários mais elevados em comparação com os dos respectivos países de origem; ao acederem a salários mais elevados no estrangeiro, os migrantes adquirem um poder de compra superior no seu país de origem, aumentando assim a motivação para o regresso. No caso dos refugiados angolanos que regressaram a Angola nos últimos anos (a partir de 2002) aconteceu o contrário. O seu desejo de regressar está em grande parte relacionado com um maior desenvolvimento económico em Angola, em comparação com os países de acolhimento<sup>1</sup> onde permaneceram devido à guerra civil (Melo et al., a publicar). Por fim, as competências desenvolvidas no estrangeiro (na maior parte dos casos) podem potenciar salários mais elevados no país de origem. Contudo, o estudo de caso de Baalen e Müller (2008) sobre as intenções de retorno dos migrantes turcos na Alemanha tem por objectivo explicar a “inconsistência dinâmica” no desenvolvimento das intenções de retorno, bem como comparar o retorno desejado com o retorno efectivo. Os autores concluem que **a maior parte dos migrantes da amostra apresenta uma inconsistência inerente e dinâmica relativamente às motivações, à preparação e às intenções do retorno.** Os migrantes costumam ter expectativas elevadas em relação às quantias a poupar no estrangeiro e ao tempo necessário para reunir essas poupanças. Para juntarem os montantes pretendidos, têm de reavaliar constantemente os seus planos e, em muitos casos, adiar o regresso.

Por vezes, o inesperado acontece e os migrantes enfrentam o retorno antes do planeado ou, no caso dos que pretendiam permanecer indefinidamente no estrangeiro, são simplesmente *obrigados* a regressar. **Eventos recentes ou actuais, como a crise humanitária na Líbia e a crise económica global, são exemplos relevantes das circunstâncias que conduziram a retornos em grande escala e, na maior parte dos casos, não planeados.**

---

1 Os países que acolheram a maioria dos refugiados angolanos foram: a Zâmbia, a República Democrática do Congo, a República do Congo, a Namíbia e o Botsuana.

## 2. Tendências de retorno Sul-Sul

---

**Embora nos últimos dois anos se tenha verificado um retorno massivo devido à crise na Líbia, são visíveis noutras regiões tendências de retorno Sul-Sul não associadas à crise humanitária.**

Esta parte descreverá fluxos de retorno relevantes: os haitianos na República Dominicana, os refugiados angolanos em África, os deslocados sudaneses que regressaram ao ponto de partida como resultado da divisão do seu país e os migrantes do Mali que regressaram da Costa do Marfim. **No caso da América Latina, onde ocorreram algumas das mais complexas dinâmicas migratórias, o retorno dos haitianos da República Dominicana aumentou desde o início de 2012, em linha com as políticas de apoio do governo dominicano e da OIM ao sustento e à reintegração** (Velton, 2012). O tremor de terra que atingiu o Haiti em Janeiro de 2010 provocou uma migração massiva dos cidadãos nacionais para o país vizinho. **Apesar de muitos terem pensado instalar-se na República Dominicana, como não encontraram condições de vida e empregos adequados preparam-se para regressar.**

**O fim da guerra entre o governo do Sudão e o Movimento do Povo Sudanês, em 2005, e a subsequente divisão do país em Sudão e Sudão do Sul provocou um retorno massivo dos migrantes. Estima-se que 2,4 milhões de deslocados e refugiados tenham regressado ao Sudão do Sul e a três áreas de transição: Abyei, Codofão do Sul e Nilo Azul** (Pantuliano, 2009).

No caso de Angola, os vinte e seis anos de guerra civil terminaram finalmente em 2002, estimando-se em 4 milhões as pessoas deslocadas internamente e com 128 664 refugiados nos países limítrofes até Abril de 2002 (Brinkman, 2003; Hansen, 1981). A OIM apresentou um relatório sobre o grande número de pessoas a procurar protecção internacional devido às crises humanitárias daí decorrentes. Assim, cerca de 400 000 refugiados angolanos (estimativa) receberam ajuda para regressar e foram reintegrados no sistema de protecção socioeconómica em Angola, após os acordos de paz (Melo et al., a publicar). Um estudo recente realizado por A. Melo et al. (a publicar), o qual representa e explora o retorno e a reintegração dos angolanos, destaca a importância que os migrantes retornados dão à possibilidade de se dedicarem a actividades que apoiem a sua reintegração socioeconómica e o seu bem-estar (ibid).

Outro factor a motivar o retorno massivo foi o fim da guerra entre o governo do Sudão e o Movimento do Povo Sudanês, em 2005, e a subsequente divisão do país em Sudão e Sudão do Sul. **Estima-se que 2,4 milhões de deslocados e refugiados tenham regressado ao Sudão do Sul e a três áreas de transição: Abyei, Codofão do Sul e Nilo Azul** (Pantuliano, 2009). Embora as tensões locais entre os vários grupos fossem comuns durante a guerra, **a presença dos migrantes retornados exacerbou a questão, nomeadamente no respeitante às terras.**

**Como já referido, no Mali a migração de retorno só se tornou um fenómeno relevante na agenda político-social na última década. A atenção aumentou com o repatriamento dos malianos da Costa do Marfim em resposta à guerra civil.** Nos principais discursos sobre migração no Mali, o retorno foi considerado uma interrupção do processo migratório, algo que afecta negativamente a reintegração dos migrantes, uma vez que a maioria não tem acesso às competências e aos recursos necessários. **Um estudo de Outtara (2010) mostrou que a maioria dos repatriados foi parar ao mercado informal, não conseguindo transferir as competências adquiridas na sua experiência migratória.**

**No Mali, o retorno foi considerado uma interrupção do processo migratório, algo que afecta negativamente a reintegração dos migrantes, uma vez que a maioria não tem acesso às competências e aos recursos necessários.**

**A situação política na Líbia desde finais de Fevereiro de 2011 resultou na pior crise migratória<sup>2</sup> da região desde a primeira Guerra do Golfo.** De acordo com o relatório de 10 meses sobre a crise na Líbia realizado pela OIM (2012), no fim de Dezembro de 2011 este êxodo massivo tinha tido consequências dramáticas para a economia da Líbia, extremamente dependente da mão-de-obra estrangeira, uma vez que até ao início da crise havia 1,8 milhões de trabalhadores migrantes no país. A crise afectou ainda a região limítrofe, assim como inúmeros países subsarianos e asiáticos, de onde provinham muitos dos migrantes.

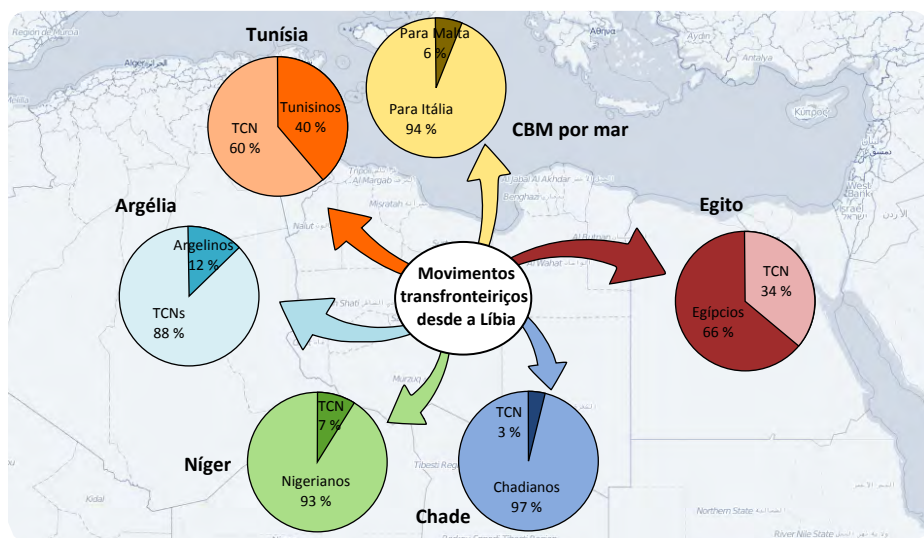
Nos últimos anos, o número total de migrantes no Médio Oriente e no Norte de África aumentou, tornando-se os países norte-africanos (tradicionalmente países de saída e de trânsito) cada vez mais países de destino. No caso da Líbia,

2 O termo “crise migratória” é utilizado para descrever “fluxos migratórios significativos e complexos resultantes de uma crise e que, de um modo geral, envolvem vulnerabilidades consideráveis para as pessoas e comunidades afectadas” (OIM, 2012, p. 5).

considerou-se que os migrantes representavam 10,4% do total da população residente em 2010, com cerca de 1 a 1,5 milhões de migrantes irregulares em 2006 (Human Rights Watch, 2006; OIM, 2011). A maioria dos migrantes provém sobretudo da África Ocidental e do Corno de África, embora os egípcios, os tunisinos, os argelinos e os bangladechianos também representem uma quota importante do total da população migrante (OIM, 2012).

**Antes dos eventos da Primavera Árabe, os tunisinos e os egípcios constituíam o principal grupo migrante;** contudo, dos migrantes que fugiram da Líbia entre 22 e 25 de Fevereiro 81% eram egípcios (OIM, 2012). Na sua maioria, os migrantes retornados eram as principais fontes de sustento das respectivas famílias e 93,7% declararam enviar dinheiro para o Egipto. Após a crise na Líbia, a maior parte pretendia regressar permanentemente (ibid).

*Mapa I: Movimentos transfronteiriços como resposta à crise humanitária na Líbia*



Fonte: Adaptado de OIM, 2011.

Os tunisinos também representaram um importante grupo migrante, tendo 137 000 migrantes tunisinos abandonado a Líbia até Janeiro de 2012. A Tunísia também tem sido um dos principais países de destino de nacionais de países terceiros, pois 43% dos migrantes que fugiram da Líbia fizeram-no através da fronteira tunisina. **Contudo, o maior grupo de trabalhadores migrantes afectado pela crise na Líbia é constituído por africanos subsarianos**

**(estatísticas detalhadas no Mapa I). No total, foram contabilizados 215 106 migrantes retornados da África Subsaariana, tendo a maioria atravessado a fronteira líbia directamente para o Chade e para o Níger (OIM, 2012).**

Os impactos a longo prazo do retorno massivo e inesperado dos migrantes aos respectivos países de origem ainda não se fizeram sentir. **A reintegração e o reajustamento nos países de origem são duas das preocupações prementes que os governos enfrentam. Tal pode ser especialmente problemático no caso do retorno forçado, pelo que será debatido em pormenor na terceira parte.** A contracção massiva das remessas (que representavam uma significativa quota do PIB em muitos países subsarianos) é uma grande preocupação para muitos países de origem, caracterizados por elevadas taxas de desemprego e pobreza. A maioria dos países de origem, como o Níger, o Burquina Faso, o Mali e o Chade, assiste a crises alimentares e a instabilidade política (OIM, 2012). **O repentino e inesperado retorno massivo dos migrantes laborais irá aumentar a pressão sobre as situações vulneráveis que os países de origem actualmente enfrentam.**

**Em África, a maioria dos países de origem, como o Níger, o Burquina Faso, o Mali e o Chade, assiste a crises alimentares e a instabilidade política (OIM, 2012).**

### **3. Retorno e reintegração sustentáveis nos países de origem**

O que é que o retorno sustentável implica? A definição mais básica destaca a ausência de reemigração ou vontade de reemigrar depois de regressar ao país de origem. Em linha com esta abordagem, um estudo comparativo sobre boas práticas em matéria de medidas de reintegração realizado pela **Direcção-Geral dos Assuntos Internos da Comissão Europeia (2012) define retorno sustentável como “ausência de migração após o retorno devido ao facto de o migrante retornado estar completamente integrado social e economicamente no país de origem”.** No entanto, no mundo globalizado de hoje, em que indivíduos e comunidades inteiras são largamente interdependentes, esta definição apresenta um cenário cada vez mais improvável e não considera totalmente as actuais tendências de aumento do grau de mobilidade em todo o mundo. A maioria dos migrantes mantém redes profissionais e sociais no estrangeiro, podendo assim ser considerados migrantes retornados sustentáveis,

O retorno sustentável está principalmente relacionado com o grau de vontade de regressar e com o enquadramento socioeconómico no país de origem. Se o retorno tiver sido forçado, como no caso dos migrantes que fugiram da crise na Líbia, é provável que ocorra reemigração.

especialmente se utilizarem os seus contactos internacionais após o regresso, e ter um impacto positivo no desenvolvimento da comunidade (Anarfi e Jagare, 2005). Embora haja muitos factores com impacto na definição de retorno sustentável (ou não), um estudo de Black e Gent (2005) sugere que os factores mais importantes estão relacionados com o grau de vontade de regressar e com o enquadramento socioeconómico no país de origem. Se o retorno tiver sido forçado, como no caso dos migrantes que fugiram da crise na Líbia, é provável que ocorra reemigração.

**A investigação e a experiência dos decisores políticos apontam para três factores-chave na determinação do retorno sustentável: reintegração económica, social e psicossocial na sociedade de origem.** Se o enquadramento social, económico e político no país de origem for desfavorável, é provável que ocorra reemigração. **Neste contexto, o retorno não é sustentável, uma vez que a causa da reemigração se deve a falhas na reintegração.** No contexto da migração circular, por exemplo, a reemigração não tem de ser sinónimo de falha em termos de definição da sustentabilidade do retorno.

Para algumas comunidades, como as da região andina da América do Sul, a mobilidade é parte integrante da sua história. Estudos recentes enfatizaram este aspecto histórico e cultural intrínseco como sendo um dos principais determinantes dos movimentos migratórios circulares dos vales andinos da Bolívia, os quais têm sido grandes focos de atracção, bem como fontes para movimentos migratórios na Bolívia (Cortes, 2004; de la Torre, 2004, Hinojosa Gordonava, 2009). Hinojosa Gordonava (2009) descreve a migração circular da comunidade boliviana como *habitus*<sup>3</sup>, uma forma de vida, uma cosmovisão que permite uma utilização mais sustentável dos recursos e cujo objectivo consiste não só na manutenção e na sobrevivência de uma família, mas de toda uma

3 O conceito de *habitus* de Bourdieu (1977) descreve um conjunto de “predisposições, competências e maneiras de agir aprendidas em sociedade” resultantes de uma complexa interacção entre a educação social dos indivíduos e a sua posição na sociedade.

comunidade ou sociedade. A este respeito, a definição de retorno sustentável com base na não-reemigração não restringe, tendo em conta a mobilidade constante, tal como um *habitus* pode permitir o aumento das competências e uma maior qualidade de vida.

**Quando os migrantes regressam, a sua reintegração e o seu reajustamento podem ser problemáticos, especialmente se o retorno for uma resposta a circunstâncias imprevistas e não planeadas, como o caso da crise migratória da Líbia.** As condições institucionais, políticas e económicas específicas que os migrantes retornados enfrentam nos países de origem têm um efeito importante e, em muitos casos, determinante no papel a desempenhar pelos mesmos nos respectivos países como agentes de mudança. O facto de os migrantes se tornarem ou não agentes de mudança está intimamente associado ao grau de preparação do regresso (Cassarino, 2004). Para que o retorno seja bem sucedido, a preparação necessita de planeamento prévio, recursos e disponibilidade. **O retorno é mais bem sucedido para os migrantes da tipologia (i), isto é, para aqueles que tinham em mente um retorno temporário, pois têm objectivos bem definidos desde o momento em que partem. De um modo geral, sobretudo no caso dos migrantes laborais, o seu retorno é associado a projectos económicos lucrativos que assegurem os futuros meios de subsistência (ibid).**

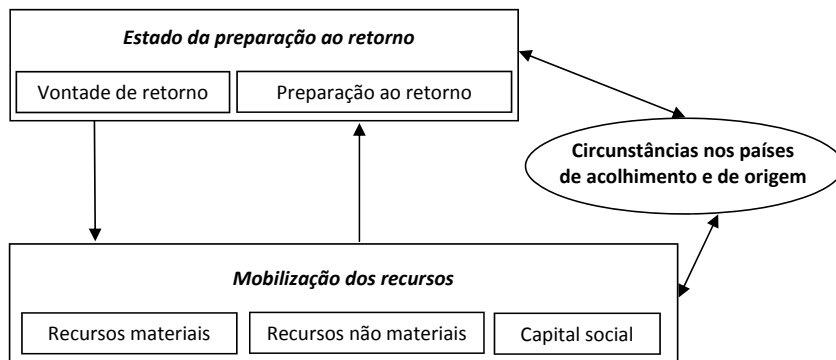
**As condições institucionais, políticas e económicas específicas que os migrantes retornados enfrentam nos países de origem serão determinantes para os papéis a desempenhar pelos mesmos nos respectivos países como agentes positivos de mudança ou como fardos para economias debilitadas.**

**Para que o retorno seja bem sucedido, tanto ao nível individual como socioeconómico, a preparação dos migrantes necessita de planeamento prévio, recursos e disponibilidade.**

**Existem vários tipos de preparação do retorno, que vão desde a mobilização de recursos à preparação total.** *Mobilização de recursos* aplica-se tanto aos recursos tangíveis (essencialmente económicos) como aos intangíveis (redes sociais, conhecimentos e ideias), os quais podem ser utilizados durante a experiência migratória, incluindo também recursos a que os migrantes recorreram, tal como as suas competências, antes do projecto migratório. *Preparação* refere-se tanto à vontade que os migrantes têm de regressar como ao nível efectivo de preparação económica e psicológica para tal. **Manifestamente, a preparação está intrinsecamente ligada ao desejo e à opção de regresso por parte dos migrantes; no caso dos migrantes forçados**

a regressar, o seu nível de *preparação* tende a ser muito baixo. A figura 1 apresenta uma explicação visual do processo de preparação do retorno. **Esta mostra como a preparação dos migrantes retornados, assim como a sua mobilização de recursos, depende das circunstâncias presentes nos países de origem e de destino.**

Figura 1: *Preparação do retorno*



Fonte: J.P. Cassarino, 2004.

**Colocar a tónica na vontade que os migrantes têm de regressar e no seu nível de preparação confere outra dimensão à nossa noção do processo de retorno.**

Em primeiro lugar, o retorno não é apenas um acto voluntário, também implica mobilização de recursos e tempo. Embora os migrantes possam expressar o seu desejo de regressar aos países de origem, tal não significa necessariamente que estejam prontos para o fazer (em termos de mobilização de recursos e de preparação, tanto emocional como psicológica). Em segundo lugar, ao centrarmo-nos no papel dos migrantes retornados como agentes de desenvolvimento, o “nível de preparação” dos migrantes retornados varia tanto em termos do tipo de experiência migratória que tiveram como se esta foi boa ou não. **Por exemplo, um migrante laboral que tenha tido uma experiência positiva no estrangeiro terá um “nível de preparação” superior ao de um migrante laboral com a experiência oposta.**

### **Programas de retorno e de reintegração**

**O retorno integra cada vez mais as políticas de gestão da migração dos governos de todo o mundo e atraiu muita atenção no discurso de definição de políticas internacionais.** Este entendimento do retorno reflecte a ideia de que a migração é um processo que deveria ser gerido e consolida a centralidade do Estado e das suas fronteiras. Em muitos discursos estatais, o retorno pode



ser reduzido ao processo de afastamento dos migrantes não autorizados e dos requerentes de asilo recusados (Cassarino, 2008). A OIM e os governos de muitos países de acolhimento consideram o programa de Regresso Assistido e de Reintegração (REAB) mais vantajoso do que a deportação, pois envolve o migrante no processo decisório. Em 2010, a OIM assegurou o retorno de 31 134 migrantes, dos quais cerca de 50% receberam apoio para a reintegração. A abordagem do **programa REAB envolve um vasto leque de categorias de migrantes: requerentes de asilo e refugiados cujo asilo tenha sido recusado, vítimas de tráfico, menores não acompanhados e migrantes laborais comuns.** O programa REAB analisa a eficácia do projecto de retorno com base na sustentabilidade do retorno dos migrantes e da sua reintegração. Tanto a OIM como os seus parceiros disponibilizam aconselhamento pré-retorno aos migrantes (OIM, 2011).

**Embora o programa REAB tenha sido concebido fora da experiência europeia e a maioria dos casos abranja o retorno Norte-Sul da União Europeia (UE), da Noruega e da Suíça, há sinais de que também ocorre no contexto do retorno Sul-Sul.** O programa REAB vai sendo cada vez mais implementado na Europa Oriental, na Ásia Central, na América Latina e nas Caraíbas, no Médio Oriente e no Norte de África, na África Subsariana, na Ásia e no Pacífico. **No continente africano, os dois principais países de acolhimento para os beneficiários do programa REAB são Marrocos e a Tanzânia.** Marrocos é um destino importante para os migrantes provenientes da África Subsariana devido ao seu estatuto de via de trânsito para a Europa. Tal deve-se sobretudo ao aumento da pressão que Espanha e a UE têm vindo a exercer sobre Marrocos e outros países do Norte de África

**O retorno não é apenas um acto voluntário, também implica mobilização de recursos e tempo. Embora os migrantes possam expressar o seu desejo de regressar aos países de origem, tal não significa necessariamente que estejam prontos para o fazer.**

**Embora o programa REAB tenha sido concebido à margem da experiência europeia, assiste-se a uma crescente implementação na Europa Oriental, na Ásia Central, na América Latina e nas Caraíbas, no Médio Oriente e no Norte de África, na África Subsariana, na Ásia e no Pacífico.**

no sentido de reprimirem a imigração ilegal com destino à Europa.<sup>4</sup> No caso da África Subsariana, em 2011, 3 658 migrantes regressaram aos países de origem através do programa REAB, provindo a maior parte de países de acolhimento na região. Estes valores estão associados, na sua maioria, ao programa REAB implementado para migrantes etíopes irregulares na Tanzânia (OIM, 2011).

O México, a Costa Rica, o Panamá, o Belize, o Brasil, o Chile e o Uruguai também estão a receber migrantes que retornam aos respectivos países de origem (OIM, 2012). Os governos da América Central e das Caraíbas estão a coordenar esforços para prestar um apoio adequado ao retorno de migrantes originários da região. Estas iniciativas são efectuadas no âmbito da Conferência Regional sobre Migração, que decorreu em 2003 (OIM, 2011). O retorno de migrantes de outras regiões tem-se revelado mais difícil, sendo necessários mais acordos entre as regiões, assim como financiamento. A República Dominicana e o México são os principais países de acolhimento onde o programa REAB foi implementado. No caso da República Dominicana, o programa REAB foi apenas implementado para prestar apoio aos migrantes do Haiti. Em contrapartida, no México, envolveu migrantes regionais de diversas nacionalidades e também alguns casos de migrantes extra-regionais (OIM, 2011).

**O ACNUR está a implementar um Programa de Repatriamento Voluntário para ajudar o retorno de refugiados em situação vulnerável; assim, foi desenvolvida uma estrutura com 4Rs: repatriamento, reintegração, reabilitação e reconstrução.**

O ACNUR está a implementar um Programa de Repatriamento Voluntário para refugiados. **Este programa tem por objectivo ajudar o retorno dos refugiados em situação vulnerável, tal como aqueles que desejem regressar após longos períodos de exílio (idealmente, quando já não há perigo para a sua segurança pessoal), bem como refugiados cujo asilo tenha sido recusado e, consequentemente, tenham de regressar aos respectivos países de origem.** O ACNUR desenvolveu uma estrutura com 4Rs: repatriamento, reintegração, reabilitação e reconstrução. **Esta estrutura coloca a tónica numa abordagem integrada que envolve os actores e as instituições de todas as fases de recuperação**

<sup>4</sup> Ao abrigo de um acordo de 1992 entre Marrocos e Espanha, Marrocos concordou em retirar imigrantes que tivessem entrado ilegalmente em Espanha a partir de Marrocos. Na prática, o acordo foi essencialmente aplicado a marroquinos; contudo, a partir de 2002, tem-se verificado uma presença crescente de africanos subsarianos a entrar em Espanha através de Marrocos (Goldschmidt, 2006).

**pós-conflito. Um bom exemplo dos esforços envidados pelos governos, instituições e actores internacionais é o caso acima referido dos refugiados angolanos. Os programas de repatriamento e retorno adequados têm sido possíveis graças a uma acção coordenada entre o governo de Angola e os dos países de acolhimento, bem como a OIM.**

Apesar do grande apoio em relação ao trabalho efectuado nos programas de repatriamento, surgiu algum cepticismo relativamente ao repatriamento dos refugiados para países em crise, como o recente caso do repatriamento de refugiados afegãos e iraquianos do Irão para os respectivos países de origem. Embora muitos optem pelo repatriamento voluntário, ao regressarem aos países de origem são frequentemente confrontados com uma situação de desolação, guerra, desemprego e insegurança. Tal levanta questões sobre a sustentabilidade dos programas de repatriamento em países em guerra, como o Afeganistão e o Iraque (Van Engeland-Nourai, 2008).

**O retorno é mais sustentável quando associado a mecanismos de assistência que apoiam a criação de oportunidades socioeconómicas e previnem a exclusão e a separação dos migrantes retornados das comunidades não migrantes.**

**As iniciativas internacionais de apoio à reintegração e à reinstalação são visíveis, especialmente como resposta ao retorno massivo de migrantes devido à crise na Líbia.** No caso do Chade, a ACTED (*Agence d'Aide à la Coopération Technique et au Développement*) e a ProNatura lançaram um projecto-piloto de apoio à reintegração socioeconómica dos migrantes chadianos retornados da Líbia com a duração de seis meses. A agência criará quintas para o cultivo de produtos agrícolas e formará indivíduos em resposta às necessidades de reforço das capacidades (website da ACTED, 2012). A segurança e o sucesso destas iniciativas dependem da estreita coordenação entre agências internacionais como a ACTED e a ProNatura e os governos dos países de origem e de acolhimento, bem como os dos países doadores.

**As políticas de reintegração são consideradas de sucesso quando assentam na protecção dos direitos dos migrantes retornados e na criação de um ambiente que promova o seu desenvolvimento humano e socioeconómico; políticas específicas que procurem eliminar as causas que os levaram a sair do país.** O retorno é mais sustentável quando associado a mecanismos de assistência que apoiam a criação de oportunidades socioeconómicas e previnem a exclusão e

a separação dos migrantes retornados das comunidades não migrantes. Assim, convém garantir que os migrantes retornados e os não-migrantes beneficiam mutuamente das competências, das experiências e dos esforços combinados de ambos. **Além das questões económicas da reintegração, o retorno sustentável também assenta no nível de reintegração social e política dos migrantes retornados. Muitas políticas consideradas como “boas práticas” têm por objectivo ligar a situação de pré-saída à de pós-chegada para prestar a assistência adequada.**

O retorno massivo dos migrantes laborais como resposta à crise na Líbia pode colocar problemas relativamente ao espaço e à instalação nos países de origem, os quais têm de ser cuidadosamente geridos de modo a propiciar um ambiente positivo que promova o desenvolvimento humano.

Nos Estados em situação pós-conflito, como Angola, o Ruanda, o Burundi e o Sudão do Sul, os direitos fundiários e de propriedade estão a receber mais atenção do que nunca, especialmente no tocante ao retorno, à reintegração e à reinstalação dos refugiados e dos deslocados (ONU-Habitat/ACNUR, 2004; Huggins, 2009). Embora os casos de retorno do Burundi e do Ruanda não representem o fenómeno da migração laboral, vale a pena referir as políticas de reintegração e de reinstalação implementadas por ambos os governos. **Em termos de políticas de reintegração e reinstalação, nas disputas de terras é importante apoiar a reintegração dos migrantes retornados e a paz, no caso de sociedades em situação pós-conflito.**

Devido à sua história de violência, milhões de ruandeses viram-se nalgum momento confrontados com a deslocação, no seu país ou num segundo e/ou terceiro país. Alguns voltaram para a província de Umutara, outros tentaram regressar às terras da família, escolhendo as melhores propriedades deixadas vagas pela fuga dos hútus. **Os refugiados hútus, que temiam a prisão ou a morte, não puderam regressar e permaneceram no Ruanda em campos para deslocados internos juntamente com a milícia do genocídio. Os requerentes de asilo e os refugiados ruandeses ainda continuam a regressar, tanto voluntária como involuntariamente** (Huggins, 2009). Em 2006, milhares de pessoas foram expulsas da Tanzânia Ocidental, tendo a maior parte tentado reinstalar-se com a família. Contudo, o processo de reivindicação das terras tem um período de espera de, no mínimo, dois anos (Human Rights Watch, 2007).

No conflito do Burundi, mais de um sexto da população foi deslocada tanto dentro do país como para o estrangeiro. (Huggins, 2009). **A grande maioria dos deslocados permaneceu nas imediações do seu local de origem e conseguiu reaver as suas terras.** As decisões para ficar variam, alguns temem pela sua segurança, outros têm boas condições nos campos e sentem-se melhor aí do que noutra sítio. Entre 2002 e 2008, regressaram da Tanzânia cerca de 300 000 pessoas (Pagonis, 2008)<sup>5</sup>. Na maioria dos casos, o governo tinha dado as suas terras a terceiros ou os familiares tinham-nas vendido ou mesmo dividido pelos que tinham ficado. **Estudos realizados em 2006 mostram que apenas 25% das 44 915 pessoas que regressaram enfrentaram muitos problemas relativamente à reinstalação e ao acesso à terra** (Huggins, 2009; Umwari, 2007). A gestão ineficaz do retorno massivo dos seus cidadãos está estreitamente ligada aos programas de repatriação forçada dos refugiados burundianos e à abordagem negativa para com os requerentes de asilo naturais do Burundi, rotulados de “imigrantes ilegais”. **É necessário desenvolver um enquadramento legal que permita apoiar adequadamente o retorno e a reintegração dos burundianos vindos da Tanzânia.**

#### 4. Impacto da migração de retorno nas sociedades de origem

O impacto da migração de retorno nas comunidades de origem e os processos de desenvolvimento de maiores dimensões suscitam cada vez mais atenção. **Os decisores políticos centraram-se sobretudo na transferência de competências após o regresso e, embora o potencial de investimentos financeiros dos migrantes retornados também seja reconhecido, é necessário um maior destaque e a adopção de políticas adequadas para proporcionar um ambiente de retorno sustentável nos países de origem.** No caso da África Ocidental, especialmente no Gana e na Nigéria, a migração de retorno só se tornou possível nos últimos anos devido à alteração dos contextos político e económico (Anarfi e Jagare, 2005). Para possibilitar o retorno sustentável dos migrantes, é necessário adoptar políticas adequadas. Esta parte incidirá sobre vários casos, de modo a mostrar de que forma as implicações políticas podem tornar a migração de retorno mais atractiva e sustentável.

O potencial das remessas para o desenvolvimento económico tem sido profusamente citado e, em muitos casos, considerado uma panaceia para muitos países em desenvolvimento. **Embora não se possa negar o seu impacto**

---

5 Antes do fim do conflito e do início do processo de paz, havia mais de um milhão de refugiados burundianos (ACNUR/WFP, 2007), a maioria na Tanzânia.

O sucesso dos planos de redução da pobreza, que envolvem fundos dos migrantes retornados, depende muitíssimo da disponibilidade, do contributo e das qualidades de chefia dos decisores locais, os quais trabalham em conjunto com os migrantes retornados apoiando-os.

Pode verificar-se “captação de cérebros” em migrantes retornados com poucas competências, pois este estrato da população emigrante tem potencial para contribuir para a sociedade, caso sejam adoptadas as políticas certas.

positivo, é importante ter em mente que as remessas são transferências privadas e que, embora as políticas pertinentes e devidamente orientadas possam ter efeitos positivos no desenvolvimento da comunidade, existem limitações. Do mesmo modo, é preciso reconhecer os contributos dos migrantes retornados para o desenvolvimento humano. Em muitos casos, o retorno planeado permite que os migrantes levem para o seu país de origem uma parte, ou mesmo a totalidade, das suas poupanças, que aí podem gastar ou investir. Tal pode ter um efeito positivo na mitigação da pobreza e na melhoria do contexto económico geral no país de origem. Vale a pena referir que se estima que o fluxo internacional de remessas para os países de origem seja praticamente igual ao investimento directo estrangeiro e ao apoio ao desenvolvimento. De acordo com um estudo efectuado por Sander (2003), já em 1995 os fluxos de remessas eram superiores ao apoio total ao desenvolvimento ultramarino. Assim, o retorno dos migrantes - se em condições favoráveis e conjugado com as poupanças trazidas - pode levar ao investimento e ao crescimento económico (Black et al., 2005).

De um modo geral, as famílias dos migrantes desempenham um papel determinante nas decisões relativas à migração. Muitos estudos demonstraram que a migração é considerada uma estratégia de subsistência para a família. Normalmente, as remessas são enviadas a familiares no país de origem. Assim, os motivos relacionados com a família fazem parte dos três motivos mais comuns a determinar o retorno (Amarfi e Jagare, 2005). Por exemplo, no caso dos migrantes ganeses retornados da Costa do Marfim, 33% decidiram regressar por questões familiares (Black et al., 2003). As quantias que os migrantes

retornados conseguem poupar e a natureza dos seus investimentos tende a ser extremamente influenciada por questões familiares (Amarfi e Jagare, 2005). **Os migrantes transnacionais mostraram contribuir de forma positiva para o desenvolvimento económico das suas comunidades de origem, tanto durante o tempo passado no estrangeiro como após o retorno.** O sucesso dos planos de redução da pobreza, que envolvem fundos dos migrantes ou retornados, depende muitíssimo da disponibilidade, do contributo e das qualidades de chefia dos decisores locais (Kakbi et al., 2004).

**Os benefícios que os migrantes retornados podem trazer à respectiva sociedade de origem não têm de ser apenas monetários. Nos últimos anos, os governos centraram-se na importância das competências que os migrantes retornados trazem consigo e que beneficiam a comunidade de origem.** Embora já muito tenha sido escrito sobre os problemas da “fuga de cérebros”, agora a tônica é colocada na “captação de cérebros” aquando do regresso, sobretudo dos altamente qualificados. No entanto, a tônica deve ser alterada de modo a incluir também a “captação de cérebros” dos menos qualificados, pois este estrato da população emigrante tem potencial para contribuir para a sociedade, caso sejam adoptadas as políticas certas. Por exemplo, no seu estudo, Black et al. (2003) descobriram que cerca de 70% dos migrantes ganeses menos qualificados estudaram enquanto estiveram no estrangeiro. **Embora os migrantes retornados de elite tendam de facto a adquirir mais competências enquanto estão no estrangeiro, sobretudo em termos de instrução, os menos qualificados têm mais potencial do que aquele que é comumente reconhecido pelos decisores políticos, vd. Tabela II** (Amarfi e Jagare, 2005).

*Tabela II: Competências adquiridas pelos migrantes retornados*




<b>Capital humano adquirido</b>	<b>Migrantes com poucas qualificações</b>	<b>Migrantes altamente qualificados</b>
Têm estudado no exterior	206 (68%)	265 (88%)
Tiveram acesso a um nível de estudos superior ao do país de origem	94 (31%)	239 (79%)
Têm trabalhado no exterior	242 (80%)	258 (85%)
Afirmaram ter adquirido experiência profissional	184 (61%)	254 (84%)

*Fonte: Black et al. (2003).*





## 5. Recomendações

---

### Reintegração social

-  Para uma reintegração bem sucedida a longo prazo, há que **examinar as causas primordiais da migração irregular**, de modo a resolvê-las e a prevenir a reemigração como resposta às necessidades não colmatadas da população.
-  **Estruturar planos que dêem uma resposta explícita às necessidades de reintegração a nível económico, social e psicossocial.** Estes podem ser apoiados por conselheiros especializados em retorno e reintegração.
-  **Ter como objectivo incluir e cooperar com outros actores da sociedade civil em políticas de reintegração, de modo a equilibrar a assistência prestada aos migrantes retornados com a prestada à comunidade local** e também promover a cooperação e a coesão social entre os vários grupos.

### Retorno produtivo



-  **No programa de promoção do retorno “produtivo”, conjugar os esforços e a cooperação com agências, organizações não governamentais e o sector privado** nas áreas dos programas de microcrédito e desenvolvimento empresarial.
-  Centrar-se na garantia de qualidade das oportunidades imediatas para a inserção dos migrantes retornados no mercado de trabalho (formal), cursos de formação nas áreas do desenvolvimento empresarial, procura de emprego e outros programas que possam facilitar a sua reintegração no mercado de trabalho.
-  Facilitar a comunicação e o acesso a tecnologias da comunicação aos migrantes e familiares e a redes sociais no país de origem.
-  **Ter como objectivo a criação de uma política baseada no trabalho social transnacional, ou trabalho social além-fronteiras, e reunir esforços entre assistentes sociais nos países de acolhimento e origem**, de modo a atenuar as dificuldades do processo de retorno e disponibilizar assistência directa à saída, à chegada e também para a reintegração.

### Direitos humanos





-  **As organizações humanitárias envolvidas no retorno e na reintegração dos migrantes poderiam prestar apoio garantindo que todas as reformas legislativas, judiciais e administrativas são transparentes**, assegurando



processos consultivos idóneos com todos os interessados e acautelando que todos os resultados estão em consonância com os direitos fundiários tradicionais da comunidade.

-  Em Novembro de 2012, a OIM adoptou um Quadro Operacional para a Crise Migratória com o objectivo de institucionalizar a capacidade da OIM de dar resposta às crises migratórias e de colmatar actuais lacunas relativas à migração no sistema humanitário internacional. Este quadro foi criado essencialmente para dar resposta à crise humanitária na Líbia e procura ajudar os Estados a desempenharem os seus papéis e a cumprirem as suas responsabilidades na protecção das populações móveis. O quadro é um claro exemplo de boas práticas, as quais podem ser reproduzidas nos países e nas regiões dos indivíduos. O seu objectivo consiste em prestar assistência a migrantes laborais em situação vulnerável e que não estejam abrangidos por protecção internacional devido ao facto de a sua deslocação não estar relacionada com uma situação de extremo desespero ou guerra.
-  As reformas legais, judiciais e administrativas fundiárias têm de defender e garantir que o enquadramento legislativo salvaguarda os direitos das mulheres, de acordo com as normas legais internacionais, especialmente em questões de direito sucessório e matrimonial.

## Propriedade fundiária e urbanismo

-  Tratar adequadamente as questões fundiárias, que devem ser consideradas prioridade imediata por todos actores, é fundamental para todo o processo de reintegração e reinstalação. **É necessário levar a cabo reformas legislativas, judiciais e administrativas adequadas. Tal deverá assegurar o respeito pelos direitos fundiários dos legítimos proprietários, tanto em zonas rurais como urbanas, promover a reinstalação e a reintegração, prevenir futuras disputas de terras e atribuir indemnizações adequadas.**
-  **É necessário estabelecer enquadramentos jurídicos e uma estreita coordenação entre os países de origem e de acolhimento para a gestão dos processos de retorno.** Tal permitirá aos países de origem avaliarem, formularem e desenvolverem adequadamente as suas políticas de reintegração e reinstalação.
-  É necessário assegurar **esforços coordenados e constantes entre agências internacionais, como a ONU e a OIM, ONG e governos doadores**, de modo a prestar aconselhamento técnico sobre a propriedade fundiária.
-  Deverá ser disponibilizado **aconselhamento em matéria de planeamento urbano**, sobretudo em regiões com elevados níveis de retorno.

## 6. Referências

---

### **Agence d'aide à la coopération technique et au développement (ACTED)**

- 2012      Supporting the socioeconomic reintegration of Chadian returnees from Libya and prevention of malnutrition in Batha. Disponível em: <http://www.acted.org/en/supporting-socio-economic-reintegration-chadian-returnees-libya-and-prevention-malnutrition-batha>.

### **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**

- 2004      Handbook for Repatriation and Reintegration Activities. Disponível em: <http://www.unhcr.org/411786694.html>.

### **Anarfi, J. e S. Jagare**

- 2005      “Towards the Sustainable Return of West African Transnational Migrants: What are the options?” Arusha Conference, “New Frontiers of Social Policy”. December 12-15, 2005. Consultado o 5 de Junho de 2012 em: <http://siteresources.worldbank.org/INTRANETSOCIALDEVELOPMENT/Resources/Anarfi.rev.1.pdf>.

### **Baalen, B. e T. Müller**

- 2008      Return intentions of temporary migrants: the case of Germany. Disponível em: <http://www.cepr.org/meets/wkcn/2/2395/papers/MuellerFinal.pdf>.

### **Bastia T.**

- 2011      Should I stay or should I go? Return Migration in times of crises. Journal of International Development 23: 583-595.

### **Black, R., G. Atfield, K. Koser, K. Munk, L. d’Onorio e R. Tiemoko**

- 2004      “Understanding voluntary return”, Home Office Online Reports, Home Office, Londres.

### **Black, R. e S. Gent**

- 2004      “Defining, measuring and influencing sustainable return: The case of the Balkans” Development Research Center on Migration, Globalisation and Poverty Working Paper, T7, University of Sussex, Brighton.

# Brinkman, I.

- 2003a Refugees on Routes Congo/Zaire and the War in Northern Angola (1961 - 1974). International Symposium *Angola on the Move: Transport Routes, Communication and History*, Berlim.

# Calenda, D.

- 2012 Return Migration to Mali: Explaining Definitions and Statistical Sources Analytical Note 2012/02. Disponível em: <http://rsc.eui.eu/RDP/files/2012/03/Davide-Report-Statistical-situation-in-Mali-01-03-REV-JPC-3-Rev-final.pdf>.

# Cassarino, J. P.

- 2004a Theorising Return Migration: the Conceptual Approach to Return Migrants Revisited. IJMS: International Journal on Multicultural Societies. vol. 6, no.2, pp. 253-279. UNESCO. ISSN 1817-4574. [www.unesco.org/shs/ijms/vol6/issue2/art4](http://www.unesco.org/shs/ijms/vol6/issue2/art4).
- 2004b The Conditions of Modern Return Migrants. International Journal of Multicultural Societies (IJMS) Vol 10, No. 2. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001812/181209e.pdf>.

# Comissão europeia - Direcção-Geral Home

- 2012 Comparative Study on Best Practices to Interlink pre-Departure Reintegration Measures Carried out in Member States with Short- and Long-Term Reintegration Measures in the countries of Return. Disponível em: [http://ec.europa.eu/home-affairs/doc\\_centre/immigration/docs/studies/ECHOMEREINTEGRATION\\_Final-January\\_2012.pdf](http://ec.europa.eu/home-affairs/doc_centre/immigration/docs/studies/ECHOMEREINTEGRATION_Final-January_2012.pdf).

# Djajić, S. e R. Milbourne

- 1988 A general equilibrium of guest-worker migration, Journal of International Economics 25, 335–351.

# Dustmann, C.

- 2001 Why go back? Return motives for migrant workers, in: Djajić, S., ed., International migration: trends, policies and economic impact, Routledge Contemporary Economic Policy Issues, Londres.

**de Haas, H.**

- 2005 International Migration, Remittances and Development: Myths and Facts—Global Migration Perspectives, Geneva: Global Commission on International Migration.

**de la Torre, L.**

- 2004 No llores prenda, pronto volveré. Migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo. La Paz: PIEB / IFEA / Universidad Católica.

**Gmelch G.**

- 1980 Return migration. Annual Review of Anthropology 9: 135–159.

**Hansen, A.**

- 1981 Refugee Dynamics: Angolans in Zambia 1966 to 1972. *International Migration review*, 15(1/2): 175-194.

**Haver, K., F. Hatungimana e V. Tennant**

- 2009 Money matters. An evaluation of the use of cash grants in UNHCR's voluntary repatriation and reintegration programme in Burundi. Disponível em: <http://www.humanitarianoutcomes.org/resources/UNHCRMoneyMattersJuly20092.pdf>.

**Hinojosa Gordonava, A. R.**

- 2009 Buscando la vida: familias bolivianas transnacionales en España. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO.

**Human Rights Watch**

- 2006 Stemming the Flow: Abuses Against Migrants, Asylum Seekers and Refugees. Disponível em: <http://www.hrw.org/reports/2006/09/12/stemming-flow>.

**Huggins, C.**

- 2009 Chapter 8. *Land in return, reintegration and recovery processes: Some lessons from the Great Lakes region in Africa* in "Uncharted Territory. Disponível em: <http://www.odi.org.uk/resources/docs/5555.pdf>.

# **Kakbi, M., V. Mazzucato e E. Appiah**

- 2004 “‘Wo benane a eye bebre’; The economic impact of Netherlands, based Ghanian migrants on rural Ashanti” in *Population, Place and Space*, 10:2.

# **Melo, A., P. K. Sanza, J. T. Catito, M. Dominique e B. A. Alexandre**

- Próximo The Integration of Recently Returned Migrants in Angola. ACP Observatory on Migration (Working Paper).

# **Organização International para as Migrações (OIM)**

- 2011 Humanitarian Emergency Response to the Libyan Crisis. Seven-month report on IOM’s response: 28 February – 27 September 2011. IOM, Geneva. Disponível em: <http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/media/docs/reports/MENA-Seven-Month-Report.pdf>.
- 2011 Humanitarian Response to the Libyan Crisis. February-December 2011 Report. IOM, Geneva.
- 2012 Migrants Caught in Crisis : The IOM Experience in Libya. Disponível em: [http://publications.iom.int/bookstore/free/MigrationCaughtinCrisis\\_forweb.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/MigrationCaughtinCrisis_forweb.pdf).

# **Outtara, B.**

- 2012 “La réinsertion socioprofessionnelle des migrants de retour dans leur pays d’origine. L’exemple des migrants maliens de retour de Côte d’Ivoire”. Rapport Final. International Labour Organisation, Geneva, 2010.

# **Pagonis, J.**

- 2008 ‘Burundian refugee returns from Tanzania hit 300,000 mark’, UNHCR Press Briefing, Geneva, 1 April.

# **Pantuliano, S.**

- 2009 Chapter 8. *Going Home: Land, return and reintegration in Southern Sudan and the Three Areas* in “Uncharted Territory”. Disponível em: <http://www.odi.org.uk/resources/docs/5558.pdf>.

**Raveinstein, E. G.**

- 1885 “The laws of Migration”, Journal of the Royal Statistical Society, 48: 167-235.

**Sander, C.**

- 2003 “Migrant Remittances to Developing Countries - A Scoping Study: Overview and Introduction to Issues for Pro-Poor Financial Services.” Prepared for DFID. Disponível em: [http://www.livelihoods.org/hot\\_topics/docs/Remitstudy.pdf](http://www.livelihoods.org/hot_topics/docs/Remitstudy.pdf).

**Stark, O., C. Helmenstein e Y. Yegorov**

- 1997 Migrants’ savings, purchasing power parity, and the optimal duration of migration, International Tax and Public Finance 4, 307–324.

**Umwari, F.**

- 2007 Etude Sur la Problématique Foncière Face aux Défis de la Réintégration et Réinsertion des Sinistres au Burundi: Rapport d’Enquête, République de Burundi/PEM Consulting, Bujumbura.

**United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat) et United Nations High Commissioner for Human Rights (UNHCR)**

- 2012 Housing, Land and Property Rights in Post-Conflict Societies: Proposals for Integration into UN Policy and Operational Frameworks Expert Meeting 10 and 11 November 2004- Geneva. Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/425690684.pdf>.

**Van Engeland-Nourai, A.**

- 2008 Repatriation of Afghan and Iraqi Refugees from Iran: When Home is No Longer Home. “The Conditions of Modern Return Migrants”. International Journal of Multicultural Societies. 10 (2): 144-168.

**Velton, R.**

- 2012      Their Dominican dreams dashed, Haiti quake survivors return home. Disponível em: [http://articles.cnn.com/2012-02-28/americas/world\\_americas\\_dominican-republic-haitians\\_1\\_dominican-border-town-dominican-republic-earthquake?s=PM:AMERICAS](http://articles.cnn.com/2012-02-28/americas/world_americas_dominican-republic-haitians_1_dominican-border-town-dominican-republic-earthquake?s=PM:AMERICAS).

África Central  
 África Austral  
 Caribeas  
 desenvolvimento  
 República Democrática do Congo  
 estatísticas  
 África Ocidental  
 Timor-Leste  
 formação  
 saúde  
 Haiti  
 base de dados  
 diásporas  
 direitos  
 Pacífico  
 gênero  
 remessas  
 Trindade e Tobago  
 África Oriental  
 trabalho  
 Senegal  
 Sul-Sul  
 Camarões  
 tráfico de pessoas  
 deslocamento  
 urbanização  
 Papua Nova Guiné  
 integração  
 Quênia  
 Meio ambiente  
 Lesoto  
 Observatório migração

## Observatório ACP das Migrações

20, rue Belliardstraat (7º andar)

1040 Bruxelas - Bélgica

Tel.: +32 (0)2 894 92 30 - Fax: +32 (0)2 894 92 49

ROBrusselsACP@iom.int - [www.acpmigration-obs.org](http://www.acpmigration-obs.org)



Uma iniciativa do Secretariado ACP, financiada pela União Europeia,

implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA

